

O MOVIMENTO REPUBLICANO NA BAHIA

Mário Augusto da Silva Santos

Universidade Federal da Bahia

RESUMO: O objetivo do artigo é avaliar a bibliografia existente sobre o movimento republicano na Bahia. O autor procura identificar as questões mais relevantes dessa historiografia e sugere novos enfoques.

Palavras Chaves: historiografia, abolição, República.

THE REPUBLICAN MOVEMENT IN BAHIA

ABSTRACT: *The purpose of the article is to examine the current bibliography about the republican movement in Bahia. The author seeks to identify the more important questions in this historiography and suggests new approaches for them.*

Key Words: *historiography, Republic, abolition*

Após um século da proclamação da República e após consideráveis avanços da historiografia brasileira muito pouco se produziu sobre o movimento republicano na Bahia. Ora se diz - equivocadamente, aliás - que a Bahia foi a última província a aderir ao novo regime⁽¹⁾, ora se afirmam que, após seu advento, os velhos políticos do Império retomaram suas posições no poder.

Mas apenas afirmar e até insistir na inexpressividade do movimento não basta. Mesmo que, em hipótese, se dê como pequeno e insignificante o projeto republicano que circulou aproximadamente por vinte anos na Bahia antes da proclamação é preciso resgatar muitos de seus aspectos das névoas do desconhecimento, quase um limbo histórico.

E esta tarefa se faz necessária não por mera intenção comemorativa de um evento, mas pela importância de se desvelarem processos histórico-sociais, no bojo dos quais marchava o movimento. Tais processos desembocariam em novas situações e novas correlações de forças, tanto no quadro regional quanto nas relações entre a região baiana e os demais Estados brasileiros e entre a Bahia e o poder central após o 15 de novembro.

Do contato inicial com o tema, nossas reflexões se dirigem para a produção historiográfica a ele concernente. Em seguida, trataremos de algumas questões que nos parecem relevantes para a sua compreensão.

Nos limites deste artigo não pretendemos realizar um balanço exaustivo dos escritos sobre o movimento republicano e a implantação da República na Bahia. Teremos de nos cingir aos poucos trabalhos mais expressivos ou, pelo menos, mais divulgados e que contribuíram para criar certas noções e uma imagem que se vêm reproduzindo até os dias atuais.

Desses escritos, os que parecem ter exercido maior influência nas concepções correntes são a **Memória histórica sobre a proclamação da República na Bahia** e a **História da Bahia do Império à República**, ambos de Brás do Amaral. Em seguida, do ponto de vista do conteúdo informativo, situa-se **A propaganda republicana**, de João da Costa Pinto Dantas Jr.⁽²⁾

Pelo fato de serem estes autores a fonte preferencial de quantos já se referiram ao tema, vale reproduzir aqui algumas informações de sua narrativa acerca da trajetória do movimento republicano na Bahia.

1. Cronologia

Na década de 1870, os doutores Frederico Lisboa e Henrique Álvares dos Santos publicaram, respectivamente, os periódicos HORIZONTE e SANTELMO, que teriam poucos leitores. Por esse tempo jovens estudantes ocupavam-se da República, mas, depois de formados, esqueciam-na.

Após a publicação do Manifesto Republicano de 1870 no Rio de Janeiro, fundou-se um clube em Salvador por um grupo assim constituído: três doutores, dois estudantes de Medicina, um capitalista, um agente de negócios, um bacharel, um poeta e orador, um ourives-gravador, um outro artesão e ainda seis pessoas de ocupação desconhecida.

Este teria sido o primeiro clube republicano da Bahia e, segundo Brás do Amaral, inaugurado em 1876. De imediato, sofreu repressão policial do Presidente da Província, mas, logo naquele ano, apresentou candidatos às eleições municipais. Contudo, por causa das perseguições oficiais e sem ter conseguido despertar maior interesse, desapareceu. A propaganda continuaria, por mais ou menos um ano, no periódico A TRIBUNA, sob a direção de elementos do clube.

Obscura nas informações aqui reproduzidas é a fundação de um outro núcleo republicano. Foi o Clube da Academia de Medicina da Bahia, que deve também ter surgido em 1876 e sobrevivido até os anos 80. Seu líder era Virgílio Clímaco Damásio, professor daquela Faculdade⁽³⁾.

Centro republicano estudantil foi o Clube Republicano Acadêmico Virgílio Damásio, fundado em Recife por Antônio Barbosa de Sousa e integrado exclusivamente por baianos que ali estudavam. Esta agremiação teria passado a irradiar a propaganda através de muitos panfletos espalhados pelo interior da Bahia. Além disto, a pregação republicana do Clube Virgílio Damásio chegou até os dois batalhões de linha do Recife. Segundo um contemporâneo, isto muito teria contribuído para criar na capital pernambucana um clima de exaltação contra o conde d'Eu em junho de 1889⁽⁴⁾.

Em 24 de maio de 1888 criou-se em Salvador o Clube Republicano Federal por iniciativa de Virgílio de Lemos, Cosme Moreira e outros, quase todos estudantes de Medicina e muitos sulistas. Quase ao mesmo tempo, fundou-se o Clube Centro Republicano da Bahia, presidido pelo Dr. Antônio Spínola de Ataíde. Ao que tudo indica, às vésperas da proclamação, funcionariam três clubes republicanos em Salvador.

Finalmente, o Clube Republicano Federal decidiu fundar um Partido Republicano, que publicou seu primeiro manifesto em 12 de janeiro de 1889. Seus dirigentes eram os doutores Teixeira Soares (presidente) e Virgílio Damásio (vice-presidente). Logo em seguida filiou-se este Partido ao Conselho Federal Republicano, do qual passaram a ser membros Manoel Teixeira Soares, Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira, Luis Barreto e Ludgero de Sousa.

Em 21 de maio de 1889, o Partido reuniu o Primeiro Congresso Republicano da Bahia, do que resultou um segundo manifesto.

Nos anos de 1888 e 1889 parece ter-se ampliado a propaganda e terem aumentado as adesões. Circulava como órgão do Partido o jornal A REPÚBLICA FEDERAL, dirigido por Cosme Moreira, Landulfo Machado, Eudoro do Vale e Carlos Afonso. Além deste, outros jornais pendiam claramente para as propostas republicanas: O DIÁRIO DO POVO, onde atuava Virgílio de Lemos; O JORNAL DE NOTÍCIAS, que contava com Xavier Mar-

ques, Lélis Piedade e Aloísio de Carvalho.

Já em 1889, o Partido Republicano da Bahia disputou cargos eletivos. Apresentou Silva Jardim como candidato a deputado e Teixeira Soares a senador do Império. Para a eleição provincial foi lançada uma chapa com os nomes de Silvino Moura, João Teodoro Pamponet, João Martins, Arminho Pedreira Dantas Bião, Júlio da Gama, Glicério Veloso e Teixeira Soares.

Nas fontes consultadas, também se menciona uma certa movimentação republicana em outras localidades baianas.

Em Lençóis, desde 1885, falava-se em República, e, aí, se chegara a fundar um Partido Republicano em março de 1888, cujo manifesto foi assinado por 23 pessoas. Em Condeúba, a propaganda era feita pelo médico Glicério Veloso. Em novembro de 1889 funcionavam clubes republicanos em vários pontos da Bahia: Bom Jesus dos Meiras, Andaraí, Lençóis, Riacho de Utinga, Orobó, Curralinho, Aldeia, Santo Antônio da Barra, Cruz das Almas, Purificação dos Campos, Feira de Santana e Vila Nova. Surgiram adesões de Caetitê, Canavieira, Barra do Rio de Contas, Jacobina, Alagoinhas, Amargosa, Ilhéus, São Sebastião de Caetitê, São João, Riacho de Santana, Poções etc.

As informações sobre a propaganda do movimento no interior, como muitas outras, são nebulosas, mas deixam antever uma ampliação nos anos de 1888 e 1889 e uma presença constante de diplomados em cursos superiores, assim como na capital. Nesta, sob a liderança de Virgílio Damásio, o Clube, segundo Brás do Amaral, teria 160 sócios até novembro de 1889. Mas o autor não especifica o clube e, uma vez que, em Salvador funcionariam três associações republicanas, o número de filiados seria maior.

Nas suas narrativas, tanto Brás do Amaral quanto Pinto Dantas Jr. omitem informações sobre muitos aspectos do movimento, tais como a circulação de idéias e os modelos políticos. Contudo, pode-se perceber que, na Bahia, às vésperas da proclamação, já se podiam apontar duas opções quanto à implantação da República: a "corrente exaltada" e a "corrente moderada". A primeira englobava aqueles "que desejavam uma revolução, a qual derrubaria a Monarquia e toda a ordem de coisas existentes". A segunda formava-se dos que "acreditavam na evolução", confiantes no advento da República mediante a "educação das classes", pela "emenda, **sponte sua**, dos partidos monárquicos, e dos homens pela sua própria regeneração". A corrente exaltada era liderada por Deocleciano Ramos e Cosme Moreira, e a moderada por Virgílio de Lemos⁽⁵⁾. Pareciam reproduzir-se na Bahia as divergências que, no Congresso Federal Republicano, dividiam as facções de Silva Jardim e Quintino Bocaiúva.

Indo adiante na sua narrativa cronológica, Brás do Amaral e Pinto

Dantas Jr. tratam do 15 de junho de 1889, momento privilegiado dessa cronologia, quando se deu, em Salvador, acirrado confronto entre republicanos e defensores da Monarquia.

Em 15 de junho de 1889 aportaram em Salvador, no mesmo navio vindo do Rio de Janeiro, o conde d'Eu e Silva Jardim. Na véspera, já se preparavam os republicanos para recepcionar o seu líder. Tinha havido comícios: um no Terreiro com aproximadamente 200 pessoas e outro na Praça do Palácio. Ao mesmo tempo, espalharam-se panfletos dirigidos contra a pessoa do príncipe e que seriam obra de algum republicano exaltado ou, segundo suposições de Brás do Amaral, mais provavelmente, forjados pelos partidos monárquicos para dar pretexto à repressão⁽⁶⁾.

Assim, os chefes paróquias do Partido Liberal teriam tomado providências para impedir as propaladas manifestações contra o Conde. Convocaram-se certos grupos populares: magarefes do matadouro do Retiro, cortadores de baleia de Itapuã e Itaparica e carregadores do cais.

Desde o dia 14, já haviam começado a ocorrer distúrbios, quando pessoas lideradas por Macaco Beleza, um partidário exaltado da Monarquia, agrediram um grupo de jovens que discutiam na Praça do Palácio. Em seguida, apedrejaram a redação do jornal A REPÚBLICA FEDERAL, que era também residência do estudante de Medicina republicano Edmundo Gastão da Cunha.

No dia 15, os conflitos recomeçaram. Logo de início, um carregador do cais despedaçou o estandarte do Clube Republicano.

Já no préstito de recepção a Silva Jardim, os republicanos foram atacados a pedradas e cacetadas e tiveram de se refugiar uns em casas próximas e outros na Faculdade de Medicina.

Houve intervenção de autoridades a pedidos dos líderes republicanos e dos próprios chefes políticos liberais das freguesias de Brotas e de Santana. Os dois últimos chegaram a se dirigir pelo nome a indivíduos do grupo agressor, o que, segundo Brás do Amaral, confirmaria terem sido os distúrbios planejados pelos partidários da Monarquia. O resultado foi que Silva Jardim não conseguiu realizar o comício planejado e teve de retornar rapidamente ao navio para não morrer.

Finalmente, outro destaque dado por Brás do Amaral na sua narrativa é ao momento da implantação da República na Bahia nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 1889.

Ao chegar a notícia da proclamação, o presidente da província, José Luis de Almeida Couto, promoveu uma reunião com elementos políticos dominantes, na qual se proferiram discursos de fidelidade à Monarquia até à resistência. Mas a decisão de se enviar um protesto contra o Governo Pro-

visório não se chegou a efetivar. Tão somente, em resposta a um telegrama de Deodoro da Fonseca, disse-lhe Almeida Couto que a Bahia seria “fiel à constituição e às leis e aguarda nas atuais circunstâncias com firmeza e tranqüilidade as deliberações dos poderes legalmente constituídos”⁽⁷⁾.

Em nova reunião em Palácio, com a marcante presença da Associação Comercial, novas adesões apareceram e aventou-se uma possível resistência: transformação da polícia em exército, formação de uma brigada de voluntários do Recôncavo. Apontava-se o barão de Sergi, veterano da Guerra do Paraguai, para comandar as forças da restauração. O General Hermes da Fonseca, Comandante das Armas, chegou a ordenar resistência ao comandante do destacamento de linha em Sergipe, estendendo-a a todas as guarnições até Manaus.

A Câmara Municipal também se reuniu e decidiu por unanimidade enviar mensagem de solidariedade ao presidente da Província e só reconhecer como legítimo o governo manárquico. A jornais do Rio pediu-se a publicação de protestos contra a “tirania militar” e o movimento ilegal e tumultuário imposto pela força e, ao que parece, aceito pelo terror”⁽⁸⁾.

Contudo, o coronel Frederico Cristiano Buys, comandante do 16º Batalhão de Infantaria, republicano convicto, sob instruções do Governo Provisório, passou a articular com Virgílio Damásio e Deocleciano Ramos um plano, do qual resultou a implantação da República na Bahia.

No quartel do Forte de São Pedro, às 6 horas da tarde do dia 16, oficiais e soldados abjuraram formalmente o Império sob o comando do Cel. Buys. Este, Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos e muitos republicanos percorreram as ruas próximas ao quartel, saudando a República.

A reação por parte dos grupos dirigentes se desfazia. Almeida Couto reconhecia a “importância da revolução” e a “impossibilidade de resistir”. No dia 17, Hermes da Fonseca aderiu ao novo regime, sob a alegação de que, partindo a família imperial para a Europa ficava extinta a Monarquia. Ao mesmo tempo, exortava seus comandados a prestarem obediência ao Governo Provisório.

Contudo, os protestos de rua não haviam terminado. Após o ato do quartel, bondes ocupados por estudantes de Medicina foram apedrejados, e suas residências, assaltadas. Invadiram-se tavernas, ainda sob a liderança de Macaco Beleza. Na noite de 16 para 17, reinou um clima de agitação na cidade. A casa de Manoel Vitorino Pereira, elemento de proa do Partido Liberal e que fora nomeado governante provisório da Bahia, sofreu ameaça de assalto.

Finalmente, na tarde do dia 17, Virgílio Damásio, na presença do Cel. Buys, oficiais do Exército, estudantes e republicanos em geral procla-

mou a República na Bahia. Atendendo a pedido de Rui Barbosa, Virgílio Damásio aceitou a nomeação interina para o cargo de Governador até que Manoel Vitorino o assumisse em definitivo. Isto se deu no dia 23 com a sua posse, o que desagradou aos republicanos que passaram a denominar-se de **históricos**. No dia 25, Manoel Vitorino marcou o início do seu governo na Bahia, tendo Virgílio Damásio como vice.

Enquanto isso, de várias localidades da Bahia, chegavam as adesões. Em algumas, a proclamação de novo regime era feita por figuras dos meios dirigentes locais, como José Marcelino de Souza em Nazaré ou como José Gonçalves em Vila Nova da Rainha. Em outras, a iniciativa coube às câmaras municipais, tal como ocorreu em Ilhéus, Valença, Vila da Barra do Rio de Contas, Abadia, Alagoinhas, Santo Amaro, Maragogipe, Feira de Santana, Camamu, Alcobaça, Viçosa, Serrinha, Itaparica, Santo Antônio de Jesus, Belmonte e Cachoeira.

Entrava a Bahia na era republicana.

2. Historiografia.

Até aqui reproduzimos as informações de dois autores para compor um quadro de referências. Cabem-nos agora algumas reflexões sobre certos aspectos dessas fontes e do pensamento de seus autores.

Diante de um texto historiográfico são muitas as possibilidades de análise, mas o que nos importa é perceber algumas posições fundamentais dos autores em relação ao tema da república na Bahia como um todo e em relação a várias questões que emergem da sua leitura.

A concepção histórica cronológico-narrativa é a dominante em Brás do Amaral, exposta em linguagem marcadamente descritiva. Os sub-títulos das três partes em que está estruturada sua **Memória** são bem sugestivos: **A propaganda, o 15 de junho, os dias 16, 17 e 18.**

Tal narrativa, contudo, é entremeada de muitos comentários que patenteiam um grande envolvimento do autor com seu objeto. Há momentos, aliás, em que ele se coloca claramente no texto, ao se mencionar como uma das personagens dos episódios de 16, 17 e 18 de novembro⁽⁹⁾. Por isto, a **Memória**, que é acadêmica, tem também algo de memória pessoal do autor.

O procedimento puramente cronológico-narrativo associado à linguagem descritiva denuncia a história-testemunho. Isto significa que o autor se coloca como observador do processo histórico, narrando-o ao leitor como se presenciasse seu desenrolar, ao invés de apresentar seu trabalho como algo elaborado a partir de indagações e de respostas obtidas ou não nas

fontes. Estas, a propósito, nunca são mencionadas.

Outro elemento a ser destacado desta visão historiográfica é um certo cientificismo positivista que, no texto, convive, contraditoriamente, com um envolvimento passional entre o observador e seu objeto. Tal positivismo se revela na construção factual e na ênfase dada à relação de causa-efeito⁽¹⁰⁾. Vale destacar que o autor condena explicitamente o positivismo como doutrina política por ser este uma "... seita que a nação não conhecia... que nela irrompeu como uma violência aos seus sentimentos e crenças..."⁽¹¹⁾. Mas no seu pensamento estão diluídos alguns traços da teoria que tão veementemente rejeita⁽¹²⁾.

Discernível na **Memória** de Brás do Amaral é o seu idealismo. Isto se evidencia na importância conferida à propagação das idéias como forma de preparação para o novo regime que os republicanos queriam implantar. Segundo aquele, a propaganda é que deveria ter sido o "grande meio de difusão de ensinamento, profuso e fecundo". O fato de não terem os republicanos galgado posições de mando na Bahia após a proclamação teria resultado dessa escassa propagação de idéias e ensinamentos e "convívio intelectual constante"⁽¹³⁾.

O condicionamento idealista não permite ao autor perceber que a manutenção no poder de grupos que já vinham do Império se devia justamente a que a República não tocara nos fundamentos infra-estruturas desse mesmo poder e daí terem podido aqueles grupos reorganizar-se diante das inovações institucionais e a elas adaptarem-se com relativa facilidade.

Uma visão monarquista atenuada é perceptível na **Memória**. As críticas feitas ao Império têm um teor conjuntural e resguardam a pessoa do Imperador e a instituição da Monarquia em si mesma. Esta é vista como um grande avanço em "matéria de empreendimentos pelo sistema de democracia representativa". A idéia é a de que, no final do Império, o sistema representativo se estava aperfeiçoando. Fora abalado pela Abolição e derrubado por um golpe militar. A visão era de que a República viria fatalmente - traço positivista -, mas o Brasil ainda não estava preparado para ela: o 15 de novembro foi apenas uma "revolução militar", do que adveio um imenso mal para a República⁽¹⁴⁾.

Mesmo tentando resguardar a Monarquia como instituição, o autor igualmente monarquistas e republicanos e, as vezes, os exalta. Tudo isto conforme uma idéia moralista que preside todas as suas críticas e considerações.

São condenados os republicanos que, enquanto estudantes, falavam em República, mas, depois de formados, ingressavam nos partidos monárquicos: eram os que "haviam preferido as vantagens das posições so-

ciais à glória um tanto seca das perseguições”. Condena-se da Monarquia o ter sido “corruptora” a política, assim como se condena o adesismo dos grupos dominantes que deram a proclamação da República como fato consumado e a ela se converteram “por interesses”

A mesma preocupação de ordem moral leva o historiador a exaltar os republicanos que se haviam afastado dos partidos do Império “...pela repugnância que as tramóias..., sem interesses pessoais... em geral gente honrada sem defecções, desonras ou indignidades no seu passado”. Da mesma forma são valorizados os dois únicos membros da Câmara Municipal que permaneceram fiéis à Monarquia até o fim⁽¹⁵⁾.

O limite moralista do pensamento de Brás do Amaral leva-o a supervalorizar o indivíduo numa visão passional da história, que transcorre em todo o seu discurso. Referindo-se, por exemplo, à ação do Coronel Buys, afirma: “A Bahia deve a um só homem, à sua decisão energia e firmeza a República sem sangue, a ordem e a paz. E quem sabe se, sem ele, sem o seu pronunciamento a 16 não teria abortado a própria revolução de 15 de novembro?”⁽¹⁶⁾.

Apesar de transparecer com clareza na **Memória** uma visão condenatória da classe dominante por não ter ela sabido salvar o Império e por ter aderido rapidamente à República, é também evidente uma percepção elitista quando se tecem comentários sobre o “povo” e seu papel e alguns episódios.

O autor distingue no povo dois segmentos: um pacífico e outro agitador.

Mas “o povo pacífico que transita nos seus afazeres”, na verdade, como se lê claramente em certas passagens, é dado como amorfo, abúlico, submisso e incapaz:

“... porque o povo esteve sempre frio e estranho a tudo, apenas curioso, o que aliás não se pode alegar também como coisa que o honre...”

O povo assistiu a tudo isto mudo e indiferente, como se não fossem os seus destinos que se mudavam. Havia muita gente na rua para ver a passeata militar, mas o povo que delira em gritos pelo carnaval não gastou as forças nem enrouqueceu em protestos e aplausos, contraste que pode servir para medida do estado do seu espírito pelo que diz respeito às coisas sérias e graves.

... um povo inerte, sem convicções e sem iniciativa, sem coragem e estímulos nobres...”

Se, na **Memória**, o “povo pacífico” é inerte, o povo que age é a “plebe feroz”, aquele que, em certos momentos do discurso, se constitui no grande vilão do drama que se desenrolou em 11 de junho e 17 e 18 de no-

vembro de 1889.

É assim que se apresenta ao leitor uma massa popular insuflada e dirigida por chefes políticos de freguesias contra os republicanos e momentaneamente organizada para impedir a realização do comício de Silva Jardim. Nas palavras do autor, eram "indivíduos de catadura sinistra... A eles se juntaram em breve os vagabundos ou desocupados que nunca faltam onde há uma arruaça ou tumulto... os grosseiros impulsos de uma plebe feroz, tão próxima de povos selvagens, como o africano e o índio, irromperam com fúria... as feses das cidades, os ratoneiros, perversos e vadios que surgem sempre por encanto onde não está a força da lei que o persegue"⁽¹⁷⁾.

Na **História da Bahia do Império a República**, datada de 1923, quanto ao movimento republicano, Brás do Amaral não faz acréscimos à **Memória** de quase vinte anos atrás. Aliás, nesta sua **História**, pouco espaço ocupam as questões da República.

Se o autor não inovou em informações, também permanecem idênticos os traços estruturais do seu pensamento. O Brás do Amaral moralista da **Memória** é o mesmo da **História da Bahia**, e, também, não muda sua concepção idealista da história. Entretanto alguns componentes de sua visão aparecem mais fortes enquanto outros se atenuam. Acentuados estão o monarquismo, o elitismo e o personalismo. Ao contrário, um certo determinismo presente na **Memória** foi substituído por uma maior importância que se passa a conferir ao acaso na **História da Bahia**.

Em conjunto, os poucos parágrafos que, no seu livro de 1923, Brás do Amaral dedica à República são uma condenação do novo regime. Esta sua obra se inscreve entre aquelas que, nos anos vinte, revelam a desilusão dos seus autores diante da República e se voltam idealisticamente para o passado monárquico⁽¹⁸⁾.

É assim que, seguindo o mesmo modelo idealista, Brás do Amaral avalia o movimento republicano apenas pela propaganda mas, diversamente de como procedera na **Memória**, onde pretendia ficar equidistante de republicanos e da Monarquia, e onde conferira valores morais aos primeiros, agora é bem menos complacente para com eles. Da propaganda republicana diz:

"Um ou outro homem de certo valor se juntava a ela, mas foram raríssimos estes exemplos"⁽¹⁹⁾.

A defesa da Monarquia aparece justificada quando o autor atribui às "pessoas mais velhas" que haviam presenciado as agitações da Regência um repúdio à República não apenas por medo, "...sabêmo-lo hoje muito bem, mas porque haviam encontrado na monarquia constitucional um sistema mais de acordo com o estado do país e do povo"⁽²⁰⁾.

Também sobre o “povo” a **História da Bahia** projeta o monarquismo do autor. Enquanto, na **Memória**, o episódio de 15 de junho de 1889 fora tratado como “missa encomendada”, agora, é tomado como prova de que, na Bahia, havia elementos dedicados ao Imperador e ao Trono. Em outras passagens o autor se contradiz porque afirma que na população da Bahia o sentimento monárquico não era forte. Tal hesitação e contradição decorrem de ter ficado ele apenas na aparência dos fatos e situações e de se ter colocado como testemunho ao invés de assumir o papel autêntico de historiador: diante de contradições de fatos ele não conseguiu sair da sua não confessada, porém visível perplexidade, porque não realizou pesquisas originais.

O modelo de reflexão elitista, no qual o dominado não tem lugar, parece conduzir a **História da Bahia** ao casualismo. Daí considerar que, se o navio que levava D. Pedro II para o exílio, tivesse aportado em Salvador, a república não teria vingado no Brasil porque a restauração teria um chefe na figura do conde d’Eu. Após o acaso como fator explicativo, o autor chega ao elitismo. Como o “povo” era “tão destituído de convicções políticas e que tão facilmente se sujeita a quem mais poderoso se mostra”, a reação monárquica teria sido vitoriosa.

A concepção do acaso também é retomada em outros momentos. Um deles é quando se afirma ter sido o 15 de novembro uma sedição militar para apenas depor Ouro Preto, da qual se aproveitaram republicanos civis e alguns republicanos militares⁽²¹⁾.

Diversamente da **História da Bahia, A propaganda republicana** de João d’A Costa Pinto Dantas Jr., datada de 1939, é francamente favorável aos republicanos. Entre os dois autores, porém, existe uma identidade quanto ao idealismo, ao elitismo e ao moralismo.

O idealismo é o fio condutor do discurso de Pinto Dantas Jr. O movimento republicano é visto através da propaganda. Faz-lhe referências nas várias províncias e comete o equívoco de apresentá-la em pé de igualdade em todas elas. Também de forma equivocada explica seu surgimento tardio na Bahia em função do que, segundo ele, seria um “arraigado espírito monárquico”.

Além de o movimento republicano em Salvador ter-se iniciado na mesma década em que surgiu no sul, a noção de um “arraigado espírito monárquico” projeta sobre toda a população indiferenciadamente o que talvez só existisse na fração regional da classe dominante que, no Império, ocupava posições de mando, nos tempos do “baianismo”.

O elitismo também se demonstra na apresentação dos tipos sociais que participaram dos ataques contra os republicanos no 15 de junho de

1889: “capadócius”, “cáfila de desordeiros”, “cafajestes”, “súcia de malfeitores”. Aparecem no texto expressões que qualificam pejorativamente os manifestantes pelos seu tipo racial, tais como: “mulato beijola”, “um mulato”. Além do mais, a própria visão idealista reforça o elitismo na medida em que a propagação das idéias era feita por uma nata intelectual, por elementos como Virgílio Damásio, “um sonhador, homem culto e inteligente”⁽²²⁾.

Também o personalismo e o passionalismo compõem a visão de Pinto Dantas: “... Tal a veneração que tinha pelo grande Pedro II, o movimento propagador apareceu relativamente tarde...”. Aqui ainda se reproduz o esteriótipo de que a pessoa do Imperador era um obstáculo à derrubada da Monarquia porque “os brasileiros sempre tributaram respeito e admiração. E bem o merecia... O sábio e magnânimo Pedro de Alcântara”⁽²³⁾.

Sendo favorável aos republicanos e tendo atribuído papel motor à propaganda, Pinto Dantas Jr. não aceita o acaso na proclamação. Para ele, a República resultou da propaganda e da conspiração militar: “A palavra, a pena e a espada fizeram a República dos Estados Unidos do Brasil”⁽²⁴⁾.

Além de Brás do Amaral e Pinto Dantas Jr., outras obras podem ser mencionadas aqui como fontes bibliográficas sobre as questões da República na Bahia.

A **História política e administrativa da cidade do Salvador** de Afonso Rui de Souza, datada de 1949, é por demais calcada na **História da Bahia** de Brás do Amaral no que tange ao tema da República. Nada apresenta de original.

Revela-se monarquista e associa intimamente República e Abolição. Condena ambas veementemente, criticando a Monarquia ter feito a segunda precipitadamente e sem indenização.

Reproduz a visão elitista de uma República precipitada porque não se doutrina o povo.

Para Afonso Rui, a República resultou de um pronunciamento militar, vitorioso por causa do retraimento das “classes conservadoras” e da impassibilidade e indiferentismo do povo⁽²⁵⁾.

Pedro Calmon, na sua **História da Bahia** ⁽²⁶⁾ pouco desenvolve o tema. Mas alguns traços de seu pensamento são reconhecíveis: monarquismo e idealismo.

Percebe-se o monarquismo em sua afirmação de que a proclamação da República provocou reações “de surpresa e mesmo de assombro”⁽²⁷⁾, sugerindo algo fortuito. Ao mesmo tempo julga a resistência do Comandante das Armas e do Presidente da Província como resultante da “prudência e da dignidade de suas consciências firmemente conservadoras”.

Ora, a surpresa e o assombro tornam-se inaceitáveis quando é o próprio autor quem, mencionando os republicanos intelectuais afirma que “trabalhada estava a opinião pública pela propaganda democrática há dez anos desenvolvida com calor e inteligência”. É, portanto, contraditório super estimar a propaganda e a divulgação das idéias - o que ocorre à conta do idealismo - é, ao mesmo tempo, apontar tamanha surpresa.

Por outro lado, a “firmeza” do Comandante e do Presidente é pura idealização retórica do autor, uma vez que o recuo de ambos não se fez esperar.

A interpretação de Pedro Calmon da vitória da República na Bahia retoma a Abolição como fator que muito prejudicou os proprietários e que, por isto, se desinteressaram do Império.

Antônio Ferrão Muniz de Aragão, em **A Bahia e os seus Governadores na República**, Editado em 1923, é entusiasta dos republicanos. Denomina a proclamação de “revolução triunfante”.

Antônio Muniz foi governador da Bahia nos anos de 1916 a 1920. Continuador da obra oligárquica de J. J. Seabra, buscou ponto de apoio para seu governo em alguns segmentos do proletariado urbano.

Por isto, dos autores analisados, é o único que ao “povo” confere uma atitude de simpatia para com o novo regime, atribuindo-lhe “esperanças na sua ação benfazeja”.

Mas as manifestações anti-republicanas da noite de 16 de novembro o autor afirma terem sido feitas por arruaceiros insuflados por politiquieiros, aos quais se uniram pobres libertos iludidos⁽²⁸⁾.

Na medida em que não se explicita um possível conteúdo popular ao projeto republicano para que o “povo” recebesse tão bem o novo regime e na medida em que o autor não discute a possibilidade de o “povo” revelar sentimentos próprios nas manifestações de rua, suas afirmativas não passam de retórica populista e, no final, elitista.

Todos os autores citados, por terem vivido os fatos estudados, como Brás do Amaral, ou por terem convivido com alguns de seus participantes como os demais, e todos, por falta de uma metodologia crítica, terminaram por assumir a postura de testemunhos da história. Trabalhos recentes, elaborados com métodos acadêmicos tendem ainda a reproduzir muitas das noções formadas por aqueles primeiros⁽²⁹⁾. Uma exceção é a tese de Eugene Ridings sobre a Associação Comercial da Bahia no Império⁽³⁰⁾.

Neste trabalho, embora não se aprofunde a questão, utiliza-se nova ótica na sua análise, que é a dos interesses defendidos pela Associação Comercial da Bahia. O autor descarta considerações de ordem moral e, assim, por exemplo, não se preocupa em cobrar fidelidade das autoridades da

Bahia à Monarquia como fazem os autores anteriormente analisados, condenando-as ou defendendo-as.

Ao tratar da implantação da República na Bahia, Ridings tem o objetivo de observar o compasso entre o comportamento político da Associação e os interesses econômicos que ela representava.

Assim, o autor mostra como o órgão se havia identificado com a aristocracia agrária baiana que, por sua vez, desempenhara papel preponderante no Império. Daí ter-se identificado a Associação com a Monarquia e tê-la sustentado durante 49 anos.

Tal identificação ainda persistiu nos momentos finais, quando, em junho de 1889, o conde d'Eu foi recepcionado em sua sede. Também, atendendo a solicitação do Presidente da Província, ela subscreveu declaração de apoio ao trono. Mas, não tendo sido possível a resistência, seguiu a conduta dos governos provincial e municipal. Já em 25 de novembro, o novo governador Manoel Vitorino visitou-a, e seu programa de governo republicano foi recebido com entusiasmo.

Indagando-se se se trataria de mero adesismo, Ridings elimina a discussão moral e procura os motivos concretos, econômicos, para a atitude da entidade. Julga ele que esta, já então, tenderia para uma certa descrença em relação à Monarquia e, em consequência, uma certa esperança em relação à República. Os motivos são analisados da seguinte forma:

a) Insatisfação geral dos interessados diante da longa estagnação da economia exportadora baiana, acentuada nos dois últimos anos da Monarquia pelos cortes de créditos. Os problemas teriam sido agravados pela seca que castigou o interior da província na primeira metade do ano de 1889.

b) A Abolição sem indenização havia produzido o ressentimento e apreensão entre os proprietários. Mas, diz o autor, o medo de que, após a Abolição, viria a ruína agrícola não teve tempo de se estabelecer entre o 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889.

c) Do ponto de vista econômico, a perspectiva de mudança na administração poderia trazer novo alento e um certo otimismo em relação à República.

d) A adesão das massas negras e mestiças da Bahia à Monarquia após o 13 de maio teria levado a Associação Comercial e outros grupos dominantes brancos a não quererem identificar-se com o Império.

Assim como não vê incoerência na adesão da Associação à República, Ridings também não a vê quando a primeira, simbolicamente, recolocou a bandeira do Império no salão nobre e quando realizou solenidades quando da morte de Pedro II. No seu entender, isto já revelaria um desen-

canto com a República, o qual se seguiu às expectativas iniciais positivas: as fraudes eleitorais, as lutas renhidas de facções pela posse do poder etc. Um aumento subsequentemente de tal desilusão viria com a perda ou redução de sua influência na República, em função da diminuição da influência regional da Bahia na Federação.

Ridings, sem aprofundar, levanta certas questões substanciais. Algumas, entretanto, merecem certos reparos.

Em primeiro lugar, o dado econômico é fundamental para compreensão da atitude da aristocracia agrária em face da opção Monarquia-República. O autor em discussão, entretanto, jogou muito mais com uma hipótese no que tange à ruína dos proprietários. Se foi acelerada pela Abolição, somente pesquisas originais poderão demonstrá-lo.

Além do mais, todo o tempo entre o 13 de maio de 1888 e o 15 de novembro de 1889 já seria suficiente para se confirmar a apreensão. O próprio autor, em outra passagem de sua tese, ao falar da Abolição, que a Associação desaprovava veementemente, menciona que, a 5 de julho de 1888, a entidade, juntamente com o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, solicitara à Princesa providências no sentido de se restabelecer alguma forma de controle dos proprietários de terra sobre sua força de trabalho, agora livre. Isto indica que as apreensões se confirmavam.

A hipótese de que a República representaria alguma perspectiva de mudança na administração econômica é por demais aleatória, uma vez que os programas dos partidos republicanos nada prometiam em tal sentido. A autonomia estadual, aliás, que era a tônica por excelência do movimento republicano não seria promissora para uma área imersa no marasmo econômico como a Bahia, uma vez que ficaria mais livre perante o poder central e mais entregue à sua própria sorte.

A possível aversão da Associação Comercial em identificar-se com uma Monarquia ligada aos sentimentos das massas negras e mulatas parece uma construção carente de bases. Parece apenas reproduzir um estereótipo do monarquismo do "povo" - algo que pode ser tomado como hipóteses de trabalho, mas não a priori como fato categórico.

Finalmente, quanto ao papel da Bahia, isto é, da fração regional da classe dominante, na Federação, e do papel da Associação Comercial da Bahia na República, parece estar o autor duplamente equivocado.

Por um lado, a Bahia não se tornou tão insignificante na Federação quanto se tem afirmado a partir de uma visão tradicional e saudosista do passado colonial e dos tempos do "baianismo" no Império. Certamente, a hegemonia estava agora deslocada para o polo cafeeiro. Contudo, a fração baiana da classe agrária dominante no país ainda pesava, embora secunda-

riamente, nas articulações e artimanhas do poder, no jogo sucessório presidencial e no equilíbrio entre a União e as oligarquias estaduais. A grandeza numérica da bancada baiana no Congresso Federal, por exemplo, não podia ser ignorada, e, daí, as várias barganhas que presidentes oriundos do centro-sul tiveram de fazer com políticos baianos. O melhor exemplo é o de Campos Sales quando da criação da sua "política dos governadores".

Por outro lado, a Associação Comercial da Bahia não teve sua influência reduzida na República. Ao contrário, foi justamente então que ela ganhou um papel mais intenso no jogo político por causa da ampliação do sistema representativo, do multi-partidarismo, da temporariedade de todos os mandatos, da diversificação dos interesses que ela passou a representar (novos ramos na economia agrícola baiana, avanço do capital estrangeiro etc.), da adoção de novos comportamentos como meios de pressão não só dentro da Bahia, mas também no cenário federal⁽³¹⁾.

Ao avançar nas conclusões, Ridings excedeu-se por haver extrapolado seu período de estudo sem ter realizado as necessárias pesquisas em maior profundidade.

3. Questões.

A renovação do estudo sobre o movimento republicano e a implantação da República na Bahia pressupõe a análise de um leque de questões interligadas, muitas das quais já sugeridas na historiografia aqui tratada. Para esta análise dois procedimentos nos parecem fundamentais: o retorno às fontes originais e a produção do conhecimento sobre a Bahia na segunda metade do século XIX.

O primeiro procedimento nos conduz ao exame da fala dos próprios agentes do movimento republicano. Esta se encontraria em jornais e escritos esparsos. Por ter tido o movimento uma composição majoritária de grupos ilustrados é possível tentar reunir um acervo referencial em arquivos e bibliotecas. Um exemplo é o da Faculdade de Medicina que teria sido um centro irradiador do republicanismo. Necessário se faz, portanto, o exame desse acervo que inclui teses de doutoramento e de concurso, além da Memória da Faculdade, (registro anual da vida da entidade), e do cadastro dos alunos ali matriculados. Este pode proporcionar a elaboração do perfil de uma parcela dos agentes do movimento.

O segundo procedimento implica no reconhecimento de que não é possível compreender a dimensão do movimento republicano dissociadamente das condições históricas mais gerais - estruturais e conjunturais - em que ele se dá. Assim os revezes da economia baiana, as possíveis trans-

formações que se operavam na sociedade e a circulação de idéias são alguns aspectos desse pano de fundo que ainda precisa ser tecido.

Nas limitações deste artigo e mesmo dos próprios conhecimentos disponíveis sobre o movimento republicano da Bahia não seria possível analisar todas as questões sugeridas pela historiografia consultada. Duas delas, entretanto, aparecem em todos os autores mencionados e iremos, agora, retomá-las: as relações entre a República e a Abolição; a República e o povo.

3.1 República e Abolição

As relações entre a extinção definitiva do trabalho escravo e o fim da Monarquia têm sido enfatizadas por diversos autores desde o advento da República.

Já antes do 13 de maio, adversários e partidários da Abolição profetizavam a queda do Trono caso a medida fosse decretada ou caso não fosse.

Uma linha de trabalhos historiográficos cedeu espaço às discussões sobre os nexos entre Abolição e República. Emília Viotti da Costa nos mostra como certas noções se formaram ao longo da elaboração de tal historiografia e terminaram por se cristalizar em explicações às vészes aceitas como verdades incontestáveis porque não submetidas à crítica de pesquisas originais. Uma dessas noções é a de que o trono caíra porque os fazendeiros prejudicados pelo fim do trabalho escravo, ressentidos, aderiram à República ou, simplesmente, nada fizeram para salvar a Coroa. A autora, com muita propriedade, procura descartar a relação de causa e efeito entre Abolição e República, vendo ambas como resultantes de transformações gerais por que passavam a economia e a sociedade⁽³²⁾.

Mas, se a autora, nas suas críticas às versões tradicionais, avança no sentido de recolocar os termos da questão, por outro lado, ainda mantém em densa obscuridade a situação de outras regiões do país que não o centro-sul. Ela afirma, por exemplo, que "...a abolição afetou apenas os setores que se mantiveram apegados ao trabalho e estes, na década dos oitenta, constituíam a parcela menos dinâmica do país, pois os setores mais progressistas já se preparavam para a utilização do trabalho livre. Continuavam apegados ao trabalho servil apenas os fazendeiros das áreas decadentes, rotineiras, impossibilitadas de evoluir para novas formas de produção⁽³³⁾.

Desta afirmativa emergem algumas questões. Os "fazendeiros das áreas decadentes" eram os cafeicultores do Vale do Paraíba e os senhores de engenho do Nordeste açucareiro. Estes ainda utilizavam o trabalho escravo, e não se pode admitir que uma abolição sem indenização não tenha

provocado reações. Por outro lado, dessas áreas decadentes é que saía boa parte dos elementos da elite dirigente do Estado monárquico. O fato, portanto, de serem a “parcela menos dinâmica do país”, do ponto de vista econômico, não os tornaria tão apáticos em fase da questão do trabalho, principalmente quando detinham posições de mando no Império. Ao contrário, os “dias do baianismo”⁽³⁴⁾ revelam o quanto a manutenção do trabalho escravo era importante para uma área decadente como a Bahia. A iniciativa de baianos nas leis emancipacionistas denuncia a utilização da parcela de hegemonia regional no poder central como solução escamoteadora da liberdade do trabalho.

Na verdade, ainda não foi bem aquilatada a importância econômica do escravo na economia baiana às vésperas da Abolição. A maior parte dos proprietários estaria na situação intermediária de ainda poder custear a manutenção do escravo, mas não poder empregar o assalariado conforme a explicação esquematizante da **História Nova**⁽³⁵⁾?

O significado imediato da Abolição para esses senhores de terras e sua subsequente posição em fase da Monarquia estão indicados em autores como Pedro Calmon e Eugene Ridings.

Pedro Calmon assim descreve o “descalabro rural” da Bahia após o 13 de maio:

“Casos houve em que, no dia imediato à publicação da lei áurea, as damas fidalgas se viram compelidas aos mais rudes trabalhos, pois a imprevidência do maior número abriu as portas à miséria mais negra. As pratarias na Bahia eram levadas a leilão e vendidas por preços ínfimos e numerosos engenhos se fecharam, no êxodo dos antigos escravos a quem a súbita liberdade atordoara e confundira. Como resultado disso, se viu a lavoura retirar o tradicional apoio com que sempre amparava o trono e os proprietários empobrecidos augurarem o advento da República”⁽³⁶⁾.

Esta fala, evidentemente, não prova que os ex-senhores de escravos se tivessem transformado em republicanos, mas indica a ocorrência de um grande abalo econômico e a perda da razão de lutar por uma instituição que deixara de proteger seus interesses. O sentimento de desilusão generalizada seria motivo não só por considerações de ordem econômica, mas também se daria no terreno das representações mentais, uma vez que, extinta a escravidão, golpeava-se duramente todo um multi-secular sistema de valores. Estas são hipóteses que carecem de confirmação mediante pesquisas originais.

Em outro autor como Ridings, acha-se indicada a importância do trabalho escravo, quando a Associação Comercial da Bahia e o Imperial Instituto Baiano de Agricultura reagem desfavoravelmente ao projeto emanci-

pacionista de Souza Dantas em 1884. Ao mesmo tempo, ocorria intensa atividade anti-abolicionista em Santo Amaro e Cachoeira. O próprio Souza Dantas, membro honorário da Associação Comercial, tornou-se-lhe figura **non grata** a partir de então. Rui Barbosa, seu protegido, não conseguiu reeleger-se deputado à Assembléia Geral.

O mais eloquente dos argumentos apresentados por Ridings em favor da desilusão dos proprietários baianos diante da Monarquia é a rápida marcha da Associação Comercial em direção ao regime republicano⁽³⁷⁾. Isto, entretanto, também carece de análises mais detidas.

Outro ângulo das relações entre Abolição e República a ser examinado na realidade histórica regional baiana é a da atuação de abolicionistas e republicanos.

É sabido que, nas áreas onde o movimento republicano foi mais intenso do que na Bahia, manteve-se ele equidistante do abolicionismo. Assim, partidos republicanos podiam abrigar tanto escravocratas quanto abolicionistas.

O Manifesto Republicano de 1870 não mencionava a questão do trabalho escravo, e o Manifesto do Partido Republicano Paulista de 1873, claramente, eximia seus membros da responsabilidade de resolver o problema. Sua proposta, aliás, contemplava os interesses dos proprietários na medida em que atribuía a cada província a faculdade de realizar a “reforma...”, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho livre”. Além do mais, em respeito ao direito de propriedade, previa-se “a indenização e o resgate”⁽³⁸⁾

Soluções como a do Partido Republicano Paulista provinham do fato de ter ele em seu corpo uma base maciça de fazendeiros e proprietários de escravos. Durante certo tempo, republicanismo e abolicionismo marcharam separadamente. Só em meados dos anos 80, quando já se tentavam as primeiras articulações dos republicanos civis com os militares, quando o Exército assumiu posição francamente anti-escravista, e quando, dentro do mesmo Exército, já atuava uma geração influenciada pelo positivismo pregado por Benjamin Constant, é que se deu um encontro dos dois movimentos. Muito ilustrativo é o Manifesto do Partido Republicano do Pará, de 1886, redigido pelo tenente Lauro Sodré, condicionar sem rodeios a implantação da República à libertação do trabalho. Aqui se trata da fala de um grupo urbano da capital de uma província onde a escravidão negra nunca fora tão importante quanto em outras áreas do país⁽³⁹⁾.

Já na Bahia, como se articulavam os dois movimentos? Ambos são temas em aberto na historiografia. Das relações entre eles têm-se algumas indicações a partir da atuação de figuras mencionadas em algumas fontes.

Segundo o testemunho de Luis Anselmo da Fonseca, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e ardoroso defensor da extinção do trabalho escravo, pelas alturas de 1887, o abolicionismo na Bahia era tão inerte quanto no interior da província do Rio de Janeiro⁽⁴⁰⁾.

Em Salvador, contudo, dava-se, desde o início dos anos 50, o surgimento de associações voltadas para extinguir o trabalho escravo. Dentre os nomes de seus membros, alguns são facilmente identificáveis como partidários da Monarquia: José Luis de Almeida Couto, último presidente da província, e Manoel Pinto de Souza Dantas, autor do primeiro projeto emancipacionista dos escravos sexagenários, ambos do Partido Liberal. Almeida Couto foi presidente da Sociedade Libertadora Dois de Julho, a primeira em ordem cronológica mencionada por Luis Anselmo, fundada em 1852, e também participou da Sociedade Libertadora Sete de Setembro. Desta também foi sócio Souza Dantas.

A outros nomes mencionados pelo testemunho é difícil, no momento, atribuir posição perante a Monarquia ou a República. Mas cinco dos nomes ligados ao abolicionismo são indubitavelmente de republicanos: Virgílio Clímaco Damásio, Frederico Augusto da Silva Lisboa, Aquino Fonseca, Pânfilo de Santa Cruz e Eduardo Carigé Baraúna.

Virgílio Damásio que, tempos depois, se tornaria o líder do movimento republicano em Salvador, foi, no ano de 1852, ainda estudante de Medicina, um dos fundadores da Sociedade Libertadora Dois de Julho, que durou alguns anos e alforriou vários escravos. No início dos anos 80, Virgílio Damásio ainda estaria à frente dos abolicionistas da cidade.

Aquino Fonseca foi um dos integrantes do clube republicano de 1876. Era então, estudante de Medicina. Ao lado de outros propagandistas, escrevia no jornal republicano A TRIBUNA. Assim como Virgílio Damásio, nos anos 80, era abolicionista. Pânfilo de Santa Cruz também fez parte do clube de 1876. Em 1881, foi representante da GAZETA DA TARDE, jornal francamente abolicionista, no compromisso anti-escravista da imprensa de Salvador: não servir à escravidão, sob a obrigação de não publicar anúncios de fuga, compra, venda ou locação de escravos. Quando se proclamou a República estava convertido à Monarquia, segundo Brás do Amaral⁽⁴¹⁾.

Frederico Lisboa era médico. Editava em 1872 O HORIZONTE, jornal republicano e abolicionista, além de colaborar em outras folhas. Foi deputado na Assembléia Provincial, onde sempre advogou o fim do trabalho escravo.

Já Eduardo Carigé foi, segundo Luis Anselmo, "... um verdadeiro flagelo nas mãos da justiça a atormentar a tirania da escravidão, à qual ele não deixa um momento de repouso, nem dá um instante de tréguas.

Seu nome é conhecido de todos os escravos desta província e por todos é pronunciado como se fora o nome da - esperança...

Dele se dirá que foi o maior libertador da província da Bahia⁽⁴²⁾

Este republicano, que também vinha do clube de 1876, passou do emancipacionismo para o abolicionismo. Em 1883, com Pânsito da Santa Cruz e o Conselheiro Luis Álvares, fundou a Sociedade Libertadora Baiana. Era pequena e, em 1887, seus sócios não chegavam a 30; só tendo conseguido emancipar 50 escravos. Foi então que, sob a presidência de Frederico Lisboa, passou a denominar-se Sociedade Abolicionista Baiana.

Eduardo Carigé dirigia a propaganda aos próprios escravos, advogando sua liberdade em face dos dispositivos legais. Sua influência chegou até a Cachoeira, onde se criou uma sociedade abolicionista denominada Clube Carigé.

Além dos nomes mencionados por Luis Anselmo, ainda se podem distinguir alguns outros ligados simultaneamente aos movimentos abolicionistas e republicano: Lelis Piedade, Cosme Moreira, Luis Barreto e Manoel Querino. Em 1887, todos eram membros da Sociedade Libertadora Baiana⁽⁴³⁾. Lelis Piedade fora um dos fundadores do clube republicano de 1876. Cosme Moreira e Luis Barreto eram ativistas do movimento e seriam fundadores do Partido Republicano da Bahia de dezembro de 1888. Manoel Querino também se ligara ao grupo de Virgílio Damásio e defendia a organização operária. Temos ainda o nome do capitão João Teodoro Pamponet que, em 1889, foi candidato do Partido Republicano à Assembléia Provincial. Ele era "herói do abolicionismo" em São Felix, onde, às vésperas de 13 de maio, teve ferido o seu filho pelo delegado de polícia em meio aos conflitos entre abolicionistas e escravocratas⁽⁴⁴⁾.

Por essas indicações escassas podem-se perceber articulações entre uma vertente do republicanismo e o abolicionismo na Bahia. Parecem ter-se cruzado em moedas dos anos 70 aos 80 em algumas figuras comuns. A exploração desta convergência contribuirá para que melhor se conheça o projeto de república que circulava na Bahia.

3.2 - República e Povo

É lugar comum a afirmativa de que o povo nada teve a ver com a proclamação da República. Tornou-se proverbial a frase de Aristides Lobo: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava"⁽⁴⁵⁾. Esta setença tem servido de mote a uma corrente para glorificar o tema da República, dela alijando o povo completamente.

Na historiografia de teor monarquista que se elaborou nos anos se-

guintes ao advento da República, esta é quase sempre explicada como um golpe militar, divorciado da vontade do povo.

Um autor marxista como Leôncio Basbaum nega conteúdo popular ao movimento republicano porque este carecia de reivindicações econômicas e não tocava na questão da terra. Segundo ele, até o final do Império, as massas teriam permanecido mais monarquistas do que republicanos⁽⁴⁶⁾.

Outros fatos que contribuíram, de certa forma, para reforçar a tese do monarquismo das massas são o 13 de maio e a criação da Guarda Negra. Este, na verdade, foi um dos recursos buscados pelo trono, no momento em que já sofria ataques em vários flancos, a fim de canalizar para si, o sentimento de gratidão dos atingidos pela Lei Áurea. O estratagema foi denunciado por Rui Barbosa, ao protestar que a "reumanização da raça negra no Brasil não é um ato de munificência da esposa do Conde d'Eu"⁽⁴⁷⁾. Mas, justificável em si mesmo ou não, o sentimento pró Monarquia das massas foi dado como verdadeiro por alguns autores como Ridings ao estudar a Associação Comercial da Bahia.

Tentando limitar a questão ao nosso universo, que é a Bahia, observamos que a seu respeito há aspectos discutíveis. Na historiografia atrás analisada, de uma forma ou de outra, o povo de Salvador é mencionado em face da República.

Em Brás do Amaral ele é "mudo e indiferente", imagem que evoca fortemente o povo "bestializado, atônito" de Aristides Lobo. Em Pinto Dantas Jr., ele é uma malta de desordeiros agressores dos republicanos. Em Muniz de Aragão, o povo depositava "esperanças" na República. Em Ridings, ele compunha uma massa negra e mestiça que, após o 13 de maio, teria ficado fiel à Monarquia.

Mas que "povo" era esse que aparece meio contraditório na historiografia? Quais eram as suas aspirações? Pode-se atribuir a ele uma atitude uniforme diante da República?

Não pretendemos aqui descrever a composição social de Salvador nem apresentar o modelo dessa sociedade. Queremos apenas, para fins de uma melhor compreensão do que se discute, traçar um perfil mais nítido desse "povo".

Aqui a categoria é tomada como significativa de classes dominadas. Nelas estariam os escalões inferiores das camadas médias e o proletariado urbano.

As camadas médias de Salvador teriam passado no século XIX, **grosso modo**, por um processo que as aproximaria do modelo proposto por Décio Saes⁽⁴⁸⁾: camada "destituída", composta por elementos empobrecidos da aristocracia territorial; camada baixa, mais heterogênea do que a anterior,

formada de elementos vários, mas onde predominariam mestiços de muitos matizes. A camada alta seria um grupo em descenso que precisava da classe dominante para receber benesses do aparelho do Estado, principalmente empregos públicos, sendo, por isto, uma aliada dos donos do poder. A camada baixa, ao contrário, seria um grupo possivelmente em ascensão⁽⁴⁹⁾, mas que, para tanto, encontraria fortes barreiras no quadro de valores estamentais, no racismo e em um sistema de dominação excludente. Compunha-se esta camada de grupos ligados ao baixo escalão do funcionalismo público, ao pequeno comércio, aos empregos em casas comerciais em geral e a um artesanato, mais qualificado, como o de ouriversaria e entalhe em madeira⁽⁵⁰⁾.

A divisão das camadas médias de Salvador em “camada destituída” e “camada em ascensão”, além de repetir um lugar comum, ainda é muito modelar. Deixa de fora, por exemplo, um grupo sócio-profissional importante, que eram os comerciantes⁽⁵¹⁾. Também, apesar de uma sensível diferença de posições em relações ao aparelho de Estado, onde a camada alta monopoliza os melhores postos, havia pontos comuns aos dois estratos, assim como havia uma dinâmica própria a cada um deles e própria à estrutura social de Salvador. Isto os fazia aproximarem-se entre si. Era assim que as benesses do Estado poderiam chegar à camada baixa à qual se abria o baixo escalão do funcionalismo público. Isto manteria os aquinhoados ligados diretamente a indivíduos, famílias e grupos da camada alta e, indiretamente, à classe dominante. Os laços de solidariedade, compadrio e clientelismo vigentes na estrutura social, portanto, operavam no sentido de aproximar os dois grupos e mascarar os conflitos latentes entre eles e com a classe dominante.

Por outro lado, principalmente na camada baixa, por causa de sua heterogeneidade, haveria conflitos internos. Aqui, em hipótese, seria possível apontar divergências de interesses e uma certa concorrência gerada não somente pela ambição dos cargos públicos, mas também por lugares no Comércio. De 1870 a 1889, a maioria das casas comerciais de Salvador pertenciam a portugueses ou a firmas luso-brasileiras. Todas estas empregavam preferencialmente rapazes vindos de Portugal ou brasileiros brancos⁽⁵²⁾, o que afastava de uma faixa do mercado de trabalho os mestiços de origem escrava mais recente ou pelo menos de caracteres negróides mais evidentes.

Uma atividade que, parece, abria-se a esta camada era o magistério primário e, em certa medida, o secundário. Ambos funcionariam como meio de ascensão social para indivíduos de origem escrava. Temos dois exemplos em Francisco Álvares dos Santos e Manoel Querino.

O primeiro ensinou Matemática de 1846 até 1871, ano de sua morte, e muitos dos estudantes de Salvador foram seus alunos. Segundo Luis Anselmo, foi ele o iniciador da propaganda abolicionista regular na Província. Anualmente, no 2 de julho, emancipava um escravo. Sob sua influência, alguns estudantes de Medicina que haviam sido seus alunos fundaram a Sociedade Libertadora Dois de Julho, em 1852.⁽⁵³⁾

Manoel Querino começou a trabalhar como pintor-decorador em 1870. Estudou Francês e Português e, em 1882, obteve diploma de desenhista na Escola de Belas Artes. Lecionou Desenho no Colégio dos Órfãos de São Joaquim e no Liceu. Ligou-se ao movimento republicano juntamente com Virgílio Damásio e outros. Além de republicano foi também abolicionista e defendia estas posições nos periódicos A PROVÍNCIA e O TRABALHO, que ele próprio fundou.⁽⁵⁴⁾

Ambos os casos expressariam as inquietações e insatisfações do segmento baixo das camadas médias de Salvador em relação a vários aspectos do sistema.

O proletariado de Salvador era extremamente heterogêneo e compunha-se dos que viviam de ocupações braçais e manuais: como força de trabalho explorada por outrem ou como trabalhadores autônomos (vendedores ambulantes autônomos, pequenos artesões etc.) Eram, na grande maioria, pessoas de origem escrava, libertadas pelo processo de alforria, que se acelerou entre os anos de 1840 e 1880⁽⁵⁵⁾ e pela aplicação das leis emancipadoras.

Assim, essas baixas camadas médias e esse proletariado é que compunham o povo de Salvador. Este, portanto era uma categoria fluida e heterogênea.

A tal povo pode-se atribuir unidade de vistas e sentimentos quanto ao regime? Pode-se-lhe conferir, uniformemente, uma posição monarquista ou republicana? Pode-se-lhe negar qualquer grau de consciência, dando-lhe apenas o papel de massa de manobra como, às vezes, fazem Brás do Amaral ou Pinto Dantas Jr.?

Sem pesquisas aprofundadas não se podem dar respostas às questões sobre esse povo. Todavia, observando sua composição heterogênea e alguns indícios de oposições e conflitos podem-se imaginar diversidade de percepções e atitudes políticas dentro dele.

Parece que, facilmente, se poderia enxergar o acender de um sentimento de gratidão para com o trono após o 13 de maio por parte daqueles que receberam sua liberdade como uma dádiva. Assim, estaria criada uma disposição para defender a Redentora e agredir os que combatiam a Monarquia. A Lei Áurea teria despertado uma fidelidade ao regime por parte

dos beneficiados por ela e por parte de anteriores ex-escravos, estes levados por um sentimento difuso de solidariedade.

Também seria talvez possível detectar em segmentos desse povo, antes mesmo da Abolição, a introjeção dos valores políticos dominantes pelos laços de solidariedade, compadrio e clientelismo vigentes na sociedade de Salvador. Dois exemplos são os do operário Roque Jacinto da Cruz e de Manoel Benício dos Passos, o Macaco Beleza.

Roque Jacinto da Cruz, durante o Império, em sua casa, na freguesia de São Pedro, recebia elementos de proa do Partido Liberal, como Souza Dantas e Rui Barbosa. Promovia comícios desse partido e arrastava eleitores. Em 1889 homenageou o Conde d'Eu quando este regressava de sua visita às províncias do Norte⁽⁵⁶⁾.

Macaco Beleza parece ter tido uma atividade de orador popular como o anterior e era também partidário da Monarquia. Quando da visita do Imperador e das Princesas a Salvador em 1859, recitou à princesa Isabel versos em que se declarava "esteio da Monarquia, criado de Vossa Alteza". Já nos momentos finais do Império aparece na história da cidade como uma espécie de líder de um segmento da plebe urbana, a quem o grupo dominante recorria na sua tentativa de combater a República⁽⁵⁷⁾.

Entretanto, o reconhecimento de uma possível vertente monarquista no povo de Salvador não nos autoriza a reduzir tudo a uma tendência monarquista nas "massas negras e mulatas" como faz Ridings⁽⁵⁸⁾. Outra tendência pode ser detectada nesse mesmo povo.

Em primeiro lugar, avaliar os interesses do povo na República porque ele parecia "atônito" ou "mudo e indiferente" é reduzir a história ao meramente episódico. Porque o povo não participou das articulações que geraram o 15 de novembro no Rio de Janeiro ou porque parecia apenas um observador da proclamação no forte de São Pedro em Salvador não significa isto que nada interessasse a ninguém.

É certo que os diversos manifestos republicanos de 1870 até 1889 não falaram na terra e no trabalho como quer Basbaum. Mas, nem por isto, se pode eliminar de todo a possibilidade de uma expectativa popular diante das promessas de projeto de liberalização e democratização, antevistas na ampliação do sistema representativo. Além do mais, algumas falas, como a do Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco de 1888, sob influência positivista, referiam-se aos deveres do Estado para com a "família proletária", no tocante à instrução⁽⁵⁹⁾. É esta expectativa quanto à instrução revela-se nos primeiros momentos do novo regime na Bahia, e até antes da proclamação, conforme trataremos adiante.

A presença de segmentos populares no movimento republicano em

Salvador é nebulosa. Em conjunto ele foi conduzido por uma elite intelectual e com a participação de homens ligados a empreendimentos capitalistas. Mas alguns indícios abrem a possibilidade de se registrarem outros tipos sociais.

No clube republicano de 1876 estavam Matias Tavares da Gama, ourives-gravador, que presidia as sessões, e Sulpício de Lima e Câmara, artesão, que também faria parte de um dos clubes em 1888. Outro membro do Clube de 1876 era Júlio da Gama, filho do primeiro e estudante de Medicina⁽⁶⁰⁾. Isto pode indicar que a Faculdade de Medicina, que se tornaria o centro do republicanismo por excelência, já se abria a indivíduos de extração social mais modesta e não apenas a uma elite econômica conforme, comumente, se supõe⁽⁶¹⁾.

Mas, com os dados disponíveis, a identificação dos tipos sócio-profissionais não ultrapassa as informações de Brás do Amaral, que também atribui uma adesão republicana a caixeiros do comércio, funcionários públicos e militares⁽⁶²⁾.

Nas duas décadas que precederam a Abolição e a República, coexistiram em Salvador atitudes escravistas e tentativas de promover o trabalho livre.

A primeira tentativa organizada de substituir o trabalho escravo pelo livre na Bahia ter-se-ia dado, segundo Luis Anselmo, no ano de 1850. Quatro negociantes brasileiros, os irmãos Cardoso, proprietários do Trapiche Julião, requereram ao presidente da província que indicasse alguns cais para que neles atracassem saveiros onde só remassem homens livres. Mas, até então, os saveiros que faziam o serviço do porto pertenciam a portugueses e os remadores eram seus escravos. No ano de 1850, a diretoria da Associação Comercial era composta por uma maioria esmagadora de lusitanos.

Luis Anselmo interpreta esta reação, levando em conta a sua nacionalidade e "o espírito retrógado e anti-liberal do comércio"⁽⁶³⁾. Deixa de lado as divergências de interesses dentro do grupo mercantil, que não era homogêneo, e também a própria posse dos escravos que perderia seu sentido econômico caso a medida se efetivasse.

Outras tentativas se seguiram, tanto por parte de homens de negócio, quanto de operários. Mas todas fracassaram por causa da oposição dos que exploravam o trabalho escravo.⁽⁶⁴⁾

Mas ao longo dos anos 70 e 80 o trabalho escravo tendeu a declinar na cidade e a ser substituído pelo livre, por força das transformações gerais da economia e das providências legislativas. No final dos anos 80, o trabalho escravo em Salvador já se mostrava residual. Em 1881, existiriam na cidade pouco mais de 3000 escravos, quase todos empregados nas tarefas

domésticas, enquanto todas as demais atividades braçais e manuais eram exercidas por mão de obra livre⁽⁶⁵⁾. Ora, segundo o Recenseamento de 1890, Salvador tinha 174.412 habitantes⁽⁶⁶⁾. Assim, apenas um pequeno percentual ainda era composto de escravos quando se fez a Abolição.

Por essas indicações numéricas, uma larga parcela da população já seria representada por um proletariado livre que, por si só mesmo, não teria razões para demonstrar tanta fidelidade ao regime que ruía, uma vez que a Lei Áurea não o atingia. Sendo este proletariado constituído de elementos egressos da escravidão, sua liberdade mais ou menos recente e de seus antecedentes próximos fora conseguida a duras penas: revoltas, fugas, cartas de alforria compradas ou doadas era testamento muitas vezes quando o beneficiário já percorrerá toda uma vida útil sob a super-exploração do senhor. De modo que toda a gratidão das “massas negras e mulatas” atingidas pela Abolição talvez só diga respeito diretamente a um pequeno número.

Por outro lado, conforme o pouco que se conhece sobre o movimento republicano em Salvador, são raros os elementos identificáveis, neste momento, como pertencentes ao proletariado. Mas, nem por isto, deve-se deixar de lado completamente que as vagas promessas de igualitarismo da palavra de seus agentes poderiam ter um certo sentido para aquele segmento, despertando-lhe algum interesse pelo novo regime.

Um bom exemplo da abertura de influências republicanas inovadoras sobre setores de proletariado é o do citado Manoel Querino. Além de abolicionista e republicano, batalhou na imprensa pela organização dos operários e pela formação da Liga Operária Baiana. Ele fazia da instrução a tônica do seu programa da melhoria de condições dos trabalhadores. Após a proclamação foi representante da categoria no Conselho Municipal de Salvador⁽⁶⁷⁾.

Exemplo similar é o de Ismael Ribeiro, de origem africana e abolicionista. Logo após a proclamação da República, ele aparece como um dos líderes das organizações de trabalhadores, como o Centro Operário⁽⁶⁸⁾.

Por essas indicações esparsas não se pode, portanto, ignorar que segmentos do povo estariam depositando esperanças na República⁽⁶⁹⁾. Outras indicações podemos antever na movimentação desses segmentos após o 15 de novembro.

Em 1890, diante das eleições à Constituinte, organizou-se no mês de julho o Partido Operário, do qual um dos fundadores era Manoel Querino, que se candidatou a deputado. Além disso, pelos jornais, operários recomendavam nomes de outros candidatos, saídos de outros segmentos sociais ou do próprio proletariado, como o do trabalhador Miguel Paulo da Silva.

É certo que esses candidatos foram derrotados e que esta arremetida, na verdade, resultava, em parte, dos primeiros passos dados por aqueles que se tornariam os novos donos do poder para utilizar o povo com massa eleitoral em um sistema representativo que se ampliava. Mas o que importa agora é reconhecer a existência de certas expectativas no novo regime. Estas já deveriam estar sendo alimentadas antes mesmo da queda do Império, o que nega o total indiferentismo do povo de Salvador em relação ao movimento republicano.

Acerca de tais esperanças, parece-nos muito elucidativo o tom de desencanto que transparece nas matérias publicadas pelo jornal *A VOZ DO OPERÁRIO* em 1891. Se havia agora decepção é porque antes houvera expectativas, e estas aparecem claras na edição: promoção social do operariado pela instrução, melhoria salarial, barateamento dos bens de consumo e eleição de representantes próprios nos órgãos legislativos⁽⁷⁰⁾.

A participação popular, assim como várias outras questões em face do movimento republicano na Bahia, abre-se como estimulante tema de futuras pesquisas que contribuirão para desfazer velhas noções de uma historiografia ainda pobre e tradicionalista.

NOTAS

1. No Mato Grosso, por exemplo, a notícia da proclamação só chegou a 9 de dezembro de 1889, quando o Partido Liberal ainda festejava sua vitória eleitoral (Cf. CARONE, Edgard. **A República Velha; evolução política**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, p. 21-22).
2. V. AMARAL, Brás do **História da Bahia do Império à República**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
AMARAL, B. do. Memória Histórica sobre a proclamação da República na Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, 11 (30): 3-32. 1904
DANTAS Jr., João da Costa Pinto. A propaganda republicana. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, (67): 91-118. 1939
3. DANTAS Jr., J. da C. P. *op. cit.* p. 107-108
4. *apud* DANTAS Jr., *op. cit.* p. 106
5. AMARAL, B. do. Memória... p. 11-12
6. *idem.* p. 14
7. *apud*. AMARAL, B. do. Memória... p. 22
8. *idem.* p. 25
9. "Tendo recusado falar na reunião dos chamados notáveis, apesar das solicitações dos Drs. Alfredo Brito e Brás do Amaral..." (*Idem.* p. 27). Brás do Amaral formou-se em Medicina em 1886. Depois seria Lente da Faculdade e nela já trabalhava no final do Império. (V. AMORIM, Deolindo. Brás do Amaral e sua obra. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, (75): 129-130. 1948/1949.
10. "Os fatos que acabamos de ver foram, como é lógico, consequência ou efeito de outros e deles também haviam de decorrer por seu turno ainda muitos outros" (AMARAL, B. do. Memória... p. 43)
11. *idem.* p. 51
12. Isto evidencia certas contradições do autor, ao tempo em que ilustra o que já se afirmou sobre a influência do positivismo no pensamento brasileiro até 1930. A este respeito V.: COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República; momentos decisivos**. São Paulo, Grijalbo, 1877. p. 301. COSTA, João Cruz. **O positivismo na República; notas sobre a história do positivismo no Brasil**. São Paulo, Nacional, 1956. **Passim**
13. AMARAL, B. do. Memória... p. 44-45
14. *idem.* p. 50 e 44
15. *idem.* p. 4, 11, 24, 39, 41 e 43

16. *idem.* p. 35
17. *idem.* p. 23, 35, 39
18. V. COSTA, E. V. da. *op. cit. passim*
19. AMARAL, B. do. **História...** p. 315
20. *idem.* p. 320
21. *idem.* p. 318
22. DANTAS Jr. J. da C.P. *op. cit.* p. 110-111 e 100
23. *idem.* p. 99 e 116
24. *idem.* p. 118
25. V. SOUSA, Afonso Rui de **História política e administrativa da Cidade do Salvador.** Salvador, Prefeitura Municipal do Salvador, 1949. p. 607-626
26. CALMON, Pedro. **História da Bahia; resumo didático.** São Paulo, Cia. Melhoramentos, [s.d.], 2ª ed.. p. 185-188.
27. É certo que as informações historiográficas indicam ser o plano do golpe de 15 de novembro do conhecimento de uma minoria de republicanos (cf. COSTA, E.V. da. *op.cit.*p. 326). Isto, contudo, não significa que se admita a hipótese do acaso, uma vez que, desde 1887, já se tentavam articulações entre republicanos civis e militares. (*idem.* p. 320-322)
28. ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. **A Bahia e os seus governadores na República.** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.p.4
29. Um desses é Eul-Soo Pang, para quem a Bahia nada teve a ver com a República. O autor parece reproduzir a própria visão da fração baiana da classe dominante na época. (V. PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934.** Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1979.p 64-68)
30. V.RIDINGS, Eugene Ware. **The Bahian Commercial Association 1840-1889: a pressure group in an underdevelopped area.** The University of Flórida, Ph.D., 1970 (xeróx). *Passim*
31. V. SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Associação Comercial da Bahia Na Primeira República; um grupo de pressão.** Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, 1985. *passim*
32. V. Costa, E.V. da. *op. cit.*p. 297
33. *idem.* p.298
34. "Dias do baianismo" foi expressão usada por Francisco Otaviano em carta dirigida a Gaspar da Silveira Martins, ambos políticos do Império. A expressão foi apropriadamente retomada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda para designar a influência de baianos no poder central nas três últimas décadas da Monarquia. (cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da civilização Brasileira; O Brasil Monárquico.** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. TIII, V5, p. 271-272).

35. V. SANTOS, Joel Rufino dos et. alii. **História Nova do Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964. V4, p.25
36. CALMON, p. **op. cit.** p.186
37. RIDINGS, E. W. **op.cit. passim**
38. MANIFESTO do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873 in PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1973, p. 65.
39. MANIFESTO do Clube Republicano do Pará in PESSOA, R.X.C. **op.cit.,p.** 80-82
40. V. FONSECA, Luis Anselmo da. **A escravidão, o clero e o abolicionismo**. Bahia, Imprensa Econômica, 1887., **passim**.
41. Cf. AMARAL, B. do. **Memória...** p. 4-5.
42. FONSECA, L. A. da.**op.cit.** p. 326-327
43. V. BARROS, J. Teixeira. "Manoel R. Querino" (prefácio) in QUERINO, Manoel. **A Bahia de outrora**. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1955, p. 9-14.
44. Cf. DIÁRIO DA BAHIA, ed. 5.1.1888, apud SILVA, Kátia. **O Diário da Bahia e o século XIX**. Salvador, 1975; diss.Mestr. Ciên. Hum. UFBA. (mimeogr.)
45. **apud**. CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930); texto e contexto**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p.288
46. V. BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**, São Paulo, Alfa-Omega, 1976 v I **passim**
47. **apud** SANTOS, Joel Rufino dos et alii. **op.cit.**p. 43
48. SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, p.31-35
49. As possibilidades de ascensão social em Salvador no século XIX são indicados em: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo, Ed. Hucitec; Prefeitura Municipal de Salvador, Salvador, 1978, **passim**.
50. Ourives, pintores, canteiros, torneiros e entalhadores em madeira eram "ofícios nobres" porque "altamente especializados e, geralmente, pouco difundidos entre a massa e, por isso, mais resguardados" (MATTOSO, K. M. de Q.**op.cit.** p. 164).
51. Os comerciantes não podem ser incluídos na rubrica "destituídos" porque eram um grupo em ascensão. Mas médios e grandes comerciantes não estavam no nível das camadas baixas e sim no dos primeiros aos quais eram economicamente superiores.
52. Sobre as características do comércio em Salvador no período de 1870 a 1930 V.:

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Comércio português na Bahia (1870-1930)**. Salvador, Manoel Joaquim de Carvalho e Cia., [s.d.]. **passim**. **Os caixeiros da Bahia, seu papel conservador na Primeira República**. Salvador, 1974(mimeogr.) **passim**.

53. V. FONSECA, L. A. da. **op. cit.** p. 256-259
54. V. BARROS, J. Teixeira. **op. cit.** p. 9-14
55. Cf. MATOSO, Kátia M. de O. et alii. "Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-1888". REIS João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1988. p. 62.
56. V. QUERINO, M. **op. cit.** p. 222-223
57. V. AMARAL, Brás do. **Memória...** p. 32
DANTAS Jr. J. da. C.P. **op. cit.** p. 110
58. V. RIDINGS, E.W. **op. cit. passim**
59. Cf. MANIFESTO do Partido Republicano de Pernambuco-1888 in PES-SOA, R.X.C. **op. cit.** p. 109.
60. V; AMARAL, B. do. **Memória...** p.4
61. Manoel Vitorino Pereira é um exemplo. Era filho de imigrante português que fora inicialmente marceneiro e depois se tornou proprietário de uma oficina e uma loja de móveis. Manoel, em 1871, matriculou-se na Faculdade de Medicina e ao mesmo tempo trabalhava na marcenaria do pai. Em seguida, passou a lecionar química como professor particular. Depois de formado, foi à Europa onde visitou centros de estudos médicos. Em 1883 fez concurso para catedrático da Faculdade de Medicina. Em 1885 começou sua carreira política no Partido Liberal e como chefe de redação do **DIÁRIO DA BAHIA**. Já era então abolicionista. Foi nomeado governador da Bahia por Deodoro da Fonseca e foi vice-presidente da República de 1894 a 1898.
62. Cf. AMARAL. B. do. **Memória...** p. 12

A hipótese de que a idéia da República não seria tão estranha a alguns segmentos populacionais quanto tenta fazer crer a historiografia tradicional encontra apoio em certas indicações que ela própria não contempla. O clube carnavalesco Fantoques da Enterpe, fundado em 1883, composto principalmente de rapazes brancos, ligados ao comércio fazia desfilar seus carros alegóricos onde se exibiam "as filhas da melhor sociedade baiana", conforme dizia um jornal da época. Uma das críticas apresentadas em 1887 estava a que se dirigia contra o assassinio de um homem negro. Além da temática abolicionista, o clube parece ter uma ligação republicana: "Há ainda outros "carros de crítica", como o "olh'as fardas", que fazem referência à

crise militar e à Guarda Nacional, e o barrete frígido que aparece no braço do Fantoches não deixa dúvidas quanto à sua ligação com os ideais republicanos” (FRY, Peter et alii. “Negros e brancos no Carnaval da Velha República”. REIS, J.J. *op. cit.* p. 248-249).

63. FONSECA, L. A. da. *op. cit.* p. 189

64. V. *idem.* p. 196-209

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia: a Cidade do Salvador...** p. 227

65. V. FONSECA, L. A. da. *op.cit.* p. 184 e 239

66. V. **SINOPSE Estatística do Brasil.** Rio, Fundação IBGE, 1972

67. B. BARROS, J. Teixeira. *op.cit.* p. 9-13

68. RIBEIRO, Ismael. **A voz do operário falando a verdade.** Bahia (s.e.) 1930:

69. Considera Emília Viotti ser indicador do crescimento das camadas urbanas mais pobres do Rio o fato de Lopes trovão realizar comícios fora dos teatros e salões de banquete, indo para as ruas (*op. cit.* p. 307). Talvez se possa enxergar condição similar em Salvador, onde se realizaram comícios republicanos na véspera da chegada de Silva Jardim em junho de 1889, nas ruas do centro.

70. V; SANTOS, M.A.S. **Sobrevivência e tensões sociais. Salvador (1889-1930).** São Paulo, Tese Dout. Fac. Fil. Let. e Ciên. Hum. Universidade de São Paulo, 1982 (mimeogr.) *passim.*

Endereço para correspondência:
Mário Augusto da Silva Santos
Ladeira do Acupe, nº 126, Brotas
Salvador - Bahia CEP: 41 940
Telefone: (071) 357-0578